

INDÍGENAS E POBREZA NA CIDADE: PARTICULARIDADES DO NORDESTE

Codjo Olivier Sossa¹

*PIMES-Universidade Federal de Pernambuco
oliviersossa@gmail.com*

Elizângela Cardoso de Araújo Silva²

*PPGSS-Universidade Federal de Pernambuco
elicardosoaraujo17@gmail.com*

Resumo: Este texto tem como objetivo apresentar características das condições de vida de indígenas na área urbana no Brasil e as motivações dos deslocamentos indígenas para as cidades. A metodologia está baseada em pesquisa documental e bibliográfica de natureza qualitativa e quantitativa. Realiza-se por meio da análise de documentários sobre “indígenas nas cidades” destacando dados da região Nordeste e de Pernambuco sobre educação e renda. Tem como principal fonte, o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A presença indígena no contexto urbano ainda é um desafio para a sociedade brasileira, considerando as desigualdades que afetam a sua presença nas cidades e o reconhecimento tardio das garantias do Estado brasileiro do direito à diferença e ao respeito étnico dos povos originários.

Palavras-chave: Indígenas. Pobreza. Cidade. Educação.

¹ Beninense da etnia ADJA, Estatístico, Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia (PIMES) da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Doutorando em Estatística/Economia pela Universidade Federal de Pernambuco/UFPE.

² Indígena etnia PANKARARU da Aldeia Bem Querer de Cima, Sertão de Pernambuco. Assistente Social, Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a urbanização de territórios onde habitavam populações indígenas fez com que esses se tornassem trabalhadores assalariados de economias locais. É possível identificar essa realidade nos documentários: “*Índios na cidade, vidas em travessia*” (2014).

São muitas as razões que levam os indígenas se deslocarem para as cidades. No documentário “*Índios na cidade*” (2013), produzido com depoimentos de indígenas de várias regiões do Brasil e residentes na grande São Paulo, é possível identificar que muitos indígenas migram para a cidade por necessidade de sobrevivência, de trabalho, de acesso a serviços básicos e melhores condições de vida, como: educação, saúde, moradia.

Nos dois vídeos analisados, sobressaem-se as características específicas de trabalhos/empregos dessa inserção na vida urbana, como destaca Joaquim Vicente de Paula (Chefe do IBGE de Roraima, “*Índios na cidade*”, 2013), ao citar as desigualdades históricas que atingem indígenas: o não acesso à educação escolar, o não acesso à qualificação profissional, não acesso ao ensino superior leva os indígenas a compor os indicadores de *menor renda e menor escolaridade*, elementos esses que os localizam nas piores condições de emprego e trabalho, como veremos nos dados apresentados neste tópico.

2. CONDIÇÕES DE VIDA INDÍGENA NA CIDADE: HÁ UMA POBREZA INDÍGENA?

Onde eu estiver, eu vou ser índio, onde eu estiver, eu vou manter minha cultura, onde eu estiver, vou manter minha língua materna (Nilto, Povo Guarani Kaiwá – Campo Grande/MS, “*Índios na cidade*”, 2013)

[...] só é possível entender o tempo presente brasileiro se consideramos os aportes indígenas – em vidas, terras, saberes, sensibilidades, ritmos e modos de ser (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 15).

Os relatos dos participantes dos dois documentários analisados apresentam diferentes situações que marcam a vida indígena na cidade: a ausência de qualificação profissional, a precária inserção da força de trabalho em diferentes setores da economia onde desenvolvem atividades como: ajudantes, pedreiros, carpinteiros, auxiliares de serviços gerais, domésticas, etc.

Essa inserção é acompanhada de preconceitos que levam, em alguns casos, ao isolamento e ao adoecimento mental.

O Documentário: “Índios na cidade, vidas em travessia” (2014) apresenta diferentes possibilidades de organização social de indígenas no contexto urbano: organização de mulheres para o enfrentamento da violência contra a mulher; discussão sobre direitos sociais como: moradia, educação, saúde e respeito étnico.

Destacam-se, nos enfrentamentos da vida urbana, o desejo de viver a identidade étnica, a cultura, os vínculos espirituais com mais respeito, bem como, o direito ao acesso à educação escolar e profissional como meio de construir habilidades e competências imprescindíveis para maior atuação política nos espaços de decisão sobre as políticas indigenistas e melhores condições de vida na cidade.

De acordo com dados do IBGE (2010), a população indígena urbana no Brasil está distribuída da seguinte forma em termos de características demográficas: de 0 a 14 anos - 21,1%; de 15 a 64 - 71,9%; e de 65 anos ou mais - 7,0%. Ou seja, sua maior parte concentra-se em idade reprodutiva, de 15 – 65 anos.

No que se refere à educação, ainda há muito que avançar:

Os resultados do Censo 2010 vêm confirmar que o indígena residente no Brasil detém nível educacional mais baixo que aquele da população não indígena. O significativo aumento entre as taxas de alfabetização no período 1991/2000 foi devido, sobretudo, ao aumento de declarações de indígenas na área urbana no Censo 2000. Desse modo, pode ser efeito da captação mais precisa dessa população urbana, não sendo possível assegurar que houve melhoria. Quanto ao período 2000/2010, observa-se um crescimento de 3,8%, semelhante ao da população não indígena (BRASIL, 2010, p. 70)

A educação escolar é um direito fundamental e uma possibilidade real de melhoria das condições de vida na cidade. A melhoria de indicadores de escolaridade é um elemento quantitativo muito importante para pensar formas de participação social mais ampla. Porém, o fato social, ético de respeito à diversidade étnica é um desafio: respeito à língua³, à cultura, às crenças e práticas espirituais dos indígenas ainda é um grande problema enfrentados nas escolas de ensino regular na área urbana, bem como, no ensino superior. Persistem os riscos do apagamento cultural étnico dos povos originários que entram nessa dinâmica.

O acesso democrático ao ensino, à educação escolar pública e de qualidade no Brasil ainda uma realidade distante. Embora nos últimos 30 anos, após a constituição Federal de 1988,

³ No Brasil existem 274 línguas indígenas faladas, o censo do IBGE (2010) demonstrou que cerca de 17,5% da população indígena não fala a língua portuguesa. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>. Acessado em: 30 de agosto de 2018.

que afirma o direito de acesso a uma saúde e educação diferenciada para indígenas, essa realidade ainda requer muitas estratégias para sua operacionalização.

Sobre a divisão por regiões, a população indígena está distribuída no Brasil da seguinte forma:

[...] o total de população indígena residente no território nacional passou a 896,9 mil pessoas [...]. Desses, 36,2% residiam na área urbana e 63,8% na rural. Enquanto na área urbana a Região Sudeste deteve o maior percentual de indígenas (80%), a Região Norte, com 82%, foi o maior percentual da área rural. Pelos resultados do Censo Demográfico 2010, a Região Norte, com 342 mil indígenas, revela a sua importância como a mais populosa em indígenas no País. É explícita a dimensão dos grupos indígenas que habitam as terras indígenas, revelando 48,7% de indígenas em relação ao total de indígenas residentes no Território Nacional. A maior parcela de indígenas residentes fora das terras indígenas, em termos absolutos, correspondeu à Região Nordeste, com 126 mil indígenas, com um peso relativo de 33,4% (BRASIL, 2010, p. 54).

Como podemos identificar no Censo do IBGE, há uma presença significativa de indígenas distribuídos em todo território urbano do país (36,2%). A região Nordeste é a que detém maior percentual de indígenas fora de terras indígenas, 33,4%. Este dado “fora das terras indígenas” pode indicar muitas situações: a presença de indígenas em terras não demarcadas; pode significar habitantes de regiões urbanas e/ou rurais em processo de reivindicação de reconhecimento e demarcação, ou indígenas distantes de seus grupos étnicos, vivendo nas cidades.

Importante ressaltar que “Territórios Indígenas” é um conceito diferente de “Terra Indígena”. O território é um espaço cultural e geográfico habitado por um grupo social com lógica interna de organização social (OLIVEIRA, 1993, p. 10). Indígenas estão distribuídos (separados ou junto do seu grupo étnico) em diferentes territórios que (ainda) não são tratadas juridicamente/oficialmente como Terras Indígenas (TI)⁴.

No Nordeste existem 208.691 mil indígenas, segundo dados do IBGE (2010)⁵. No estado de Pernambuco existem 12 povos indígenas: *Atikum, Kambiwá, Kapinawa, Pankaiucá, Pankará, Pipipã, Truká, Tuxá, Potiguara, Xukuru, Fulniô e Pankararu*⁶.

⁴ TI – Terras Indígenas identificadas, delimitadas, demarcadas, homologadas pelo Estado brasileiro a partir de processos administrativos realizados pelo órgão oficial responsável pela proteção dos direitos indígenas no Brasil – FUNAI a partir da organização e das reivindicações dos povos indígenas. De acordo com o Censo do IBGE (2010), 57,7% dos indígenas no Brasil moram em TI. Sobre modalidades de TI e processos administrativos de demarcação, consultar o site da Fundação Nacional do Índio, disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>.

⁵ Distribuição da população indígena no Brasil, disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>>. Acessado em: 30 de agosto de 2018.

⁶ Quadro geral dos povos indígenas no Brasil. Dados disponíveis em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/c/quadro-geral>>. Acessado em: 30 de agosto de 2018.

Os povos indígenas no Nordeste lembram em suas tradições orais que com as invasões sistemáticas de suas terras e decretação das extinções dos aldeamentos, ocorreram casos de umas poucas famílias que migraram para terras de outros aldeamentos, também oficialmente declarados extintos. Muitas famílias indígenas engrossaram o grande contingente de mão de obra espalhado pelas regiões vizinhas às aldeias, ora trabalhando nas fazendas, como moradores, agregados, sem terras, ora trabalhando no cultivo sazonal da cana-de-açúcar na Zona da Mata, ora vagando pelas estradas, sem terras e sem tetos vieram ocupar as periferias dos centros urbanos (SILVA, 2003, p. 4).

O processo intenso de deslocamentos dos indígenas no Brasil e no Nordeste ainda é um desafio para sistemática sobre quantos e reais condições na área urbana por estado.

Apresentamos nos tópicos que seguem alguns indicadores das condições de vida indígena no Nordeste e em Pernambuco no Brasil contemporâneo, destacando dados da educação e de renda.

3. POBREZA, EDUCAÇÃO E RENDA DE INDÍGENAS NO NORDESTE

A pobreza como fenômeno multidimensional atinge uma grande parcela da população brasileira. Falar de pobreza indígena é levar em consideração as particularidades e diferenças entre a vida urbana e a vida nativa no campo e modos de vida autônomos, originários não capitalistas.

Significa levar em consideração que as sociedades indígenas no Brasil representadas pelas 305 etnias são muito diversas. Constroem e reconstroem culturas, costumes e práticas políticas e de produção, manuseio dos bens necessários à reprodução da vida por modos muito peculiares em seus territórios.

Desse modo, a categoria pobreza aqui apresentada está situada de forma muito específica. A escolha dos autores remete a explicação teórica específica das condições precárias de vida de populações indígenas que vivem no campo, na cidade que já convivem com modos de vida tipicamente capitalistas, passando a adentrar em redes de assalariamento (força de trabalho disponível para).

É importante destacar que este texto faz parte de um processo de construção do tema e apresenta breves sínteses das primeiras aproximações dos autores. Ou seja: ainda não há aqui uma tese pronta! Há um convite para a reflexão sobre a condição de vida indígena na área urbana e os índices de precariedade da vida indígena na região Nordeste, considerando também que essa foi umas primeiras regiões do país onde a presença e a exploração econômica colonizadora ocorreu por mais tempo; destaca-se também a própria condição regional que o Nordeste assume com o fim do período colonial: disponibilizando “força de trabalho” para o

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

avanço da indústria em outras regiões do país, como o caso dos parques industriais na Região Sudeste do país.

Dito isso, a pobreza é um fenômeno abordado por diferentes perspectivas, linhas teóricas. As análises da pobreza apresentam este fenômeno em várias dimensões, a saber: monetária, subjetiva, privação em termos de necessidades básicas, aspectos sociais e culturais. Partindo de uma abordagem puramente fisiológica, passamos para uma compreensão mais global que reconhece que as necessidades individuais e a interação na sociedade não dependem apenas do nível de consumo de alimentos que garante a sobrevivência biológica. Portanto, a pobreza pode ser considerada, em diferentes níveis (relativa, absoluta), como ausência, a exclusão de determinados grupos populacionais a bens materiais e não materiais necessários à continuidade da vida humana (cf. YAZBEK, 2009).

A noção de pobreza é ampla, ambígua e supõe gradações e embora seja uma concepção relativa, dada a pluralidade de situações que comporta. Usualmente vem sendo medida por meio de indicadores de renda e emprego [...], ao lado do usufruto de recursos sociais que interferem na determinação do padrão de vida, tais como saúde, educação, transporte, moradia, aposentadoria e pensões, entre outros. Os critérios, ainda que não homogêneos e marcados pela dimensão de renda, acabam por convergir na definição de que são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo, portanto, excluídos, em graus diferenciados, da riqueza social. Entre eles estão: os privados de meios de prover à sua própria subsistência e que não têm possibilidades de sobreviver sem ajuda; os trabalhadores assalariados ou por conta própria, que estão incluídos nas faixas mais baixas de renda; os desempregados e subempregados que fazem parte de uma vastíssima reserva de mão de obra que, possivelmente não será absorvida (YAZBEK, 2009, p. 73-74).

O caráter multidimensional da pobreza (considerado como essencial para definir a condição de pobreza o acesso a alguns bens, de modo que sem esses os “cidadãos” não são capazes de usufruir uma vida minimamente digna. Incluem: água potável, rede de esgoto, coleta de lixo, acesso ao transporte coletivo, educação, saúde e moradia), leva à necessidade de indicadores que tenham uma correspondente abordagem multidimensional e que levem em consideração como o indivíduo percebe sua situação social.

4. POBREZA INDÍGENA NO NORDESTE E EM PERNAMBUCO.

A análise da pobreza, do ponto de vista da condição de vida do povo indígena, pode ser realizada a partir de três indicadores ou variáveis importantes sobre a condição de vida dos indígenas no Nordeste, em geral e nas cidades de Pernambuco em particular.

Neste texto, mais especificamente devemos analisar os seguintes indicadores: o nível de alfabetização do povo indígena, o rendimento (medida da pobreza monetária).

Tabela 1: Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade

Grandes Regiões	Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por condição de indígena e situação do domicílio								
	Total			Urbana			Rural		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Indígenas									
Brasil	49,2	73,9	76,7	75,2	86,2	88,1	37,6	54,5	66,6
Nordeste	40,6	74,3	76,4	68	83,7	84,6	26,3	54	65,5
Não indígenas									
Brasil	80,7	87,1	90,4	86,3	90,3	92,7	60,8	71,9	77
Nordeste	63,5	75,2	81	74,6	81,6	85,7	44,3	59,3	67,2

Fonte: IBGE, 2010.

Na tabela 1 vê-se a taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade por condição de indígena e situação do domicílio. Esta tabela mostra que o indígena residente no Brasil detém nível educacional mais baixo que aquele da população não indígena. O significativo aumento entre as taxas de alfabetização no período 1991/2000 foi devido, sobretudo, ao aumento de declarações de indígenas na área urbana em 2000 de acordo com IBGE (2010).

Importante ressaltar que na região Nordeste, a taxa de alfabetização entre indígenas vem aumentando na área urbana de 1991-2010 e menos rápido na área rural. Quando se comparam as taxas de alfabetização com os “não indígenas”, considerando somente as pessoas que se declararam indígenas em todas as Grandes Regiões em particular no Nordeste, as discrepâncias ainda são grandes.

Tabela 2: Registro de nascimento do povo indígena até 10 anos de idade

Percentual de pessoas indígenas até 10 anos de idade com alguns tipos de registro de nascimento -Brasil, -2010			
Brasil e grandes regiões	Com alguns tipos de nascimento		
	Total	Tipo de registro de nascimento	
		Registro de cartório	Registro Administrativo de nascimento Indígenas (RANI)
Brasil	93.5	69.6	22.7

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

Norte	88.2	65.4	21.2
Nordeste	98.5	93.4	3.8
Sudeste	99.1	92.8	5.7
Sul	97.8	67.0	30.3
Centro Oeste	98.2	46.3	51.1

Fonte: IBGE, 2010.

O percentual de pessoas indígenas até 10 anos de idade com Registro Administrativo de Nascimento Indígena no Brasil é de 22,7%, número menor que o tipo de registro em cartórios, correspondente à 69.6%. No que diz respeito às grandes regiões, o Nordeste apresenta a taxa mais baixa (3,8%) em relação a outras grandes regiões do Brasil, considerando que o índice de registro em cartório tornou-se o número mais elevado do que em outras regiões do país, 93.4%.

Tabela 3: Rendimento

Grandes Regiões	Proporção das pessoas indígenas de 10 anos ou mais de idade com até 1 salário mínimo e sem rendimento nominal mensal, por localização do domicílio			
	Até 1 salário mínimo		Sem rendimento nominal mensal	
	Nas Terras Indígenas	Fora das Terras Indígenas	Nas Terras Indígenas	Fora das Terras Indígenas
Brasil	27,9	32,8	65,8	39,5
Nordeste	36,5	40,3	58,0	40,0
Pernambuco	40,0	38,00	55,0	44,0

Fonte: IBGE, 2010.

A proporção das pessoas indígenas de 10 anos ou mais de idade sem rendimento nominal mensal, por localização do domicílio nas Terras Indígenas é mais elevada que fora das Terras Indígenas, respectivamente no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco.

Os baixos indicadores de renda presentes nos dados oficiais enquanto indicadores de pobreza podem não se aplicar a todas as populações tradicionais, ribeirinhas, pesqueiras, isoladas ou com poucos contatos com a sociedade nacional. Ainda podemos encontrar sociedades indígenas que vivem peculiarmente com uma relação direta com a terra, com os rios, com as florestas, com o manuseio independente do cultivo de seus bens coletivos, seus alimentos, quando dispõem de fartos recursos naturais. Podemos encontrar casos onde ainda há contatos com fartos bens naturais: água potável, peixes, terras férteis, boas condições climáticas, riqueza da biodiversidade, da flora e da fauna. Porém, com baixos índices de acesso a serviços públicos como saúde e educação. Nos casos de grupos étnicos que já mantêm contato com não indígenas, podem surgir outras demandas nesta interação.

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

No entanto, considerando as situações de não acesso farto aos recursos naturais e a impossibilidade de uma vida autônoma para produção dos meios básicos de reprodução social, por escassez de recursos naturais resultantes de mudanças climáticas (como é o caso dos sertões do Nordeste, solos débeis, da seca, desemprego, etc.), de exploração predatória de grandes empreendimentos econômicos mudam as condições de permanência dos povos indígenas em seus territórios de origem, encontraremos a fome e condições precárias de vida indígena, no campo ou na cidade.

Como bem sistematiza Yazbek, partir de análise dos dados do IBGE (2010) apresentados no plano “Brasil sem Miséria”, as pessoas que se encontram em situação de extrema pobreza são:

Conforme dados apresentados no plano Brasil sem Miséria, a absoluta maioria dessas pessoas (70,8%) é negra (pardas e pretas). Entretanto, chama a atenção a presença de indígenas, apesar de representarem, comparativamente, uma pequena parcela da população em situação extrema pobreza. Os indígenas totalizam 817.963 pessoas no país, sendo que 326.375 se encontram em extrema pobreza, representando praticamente quatro em cada dez indígenas (39,9%). Quanto ao sexo, que há uma distribuição homogênea entre homens e mulheres, com leve superioridade da presença feminina (50,5% contra 49,5%). Metade dos que vivem na pobreza extrema tem até 19 anos (50,9%). As crianças até 14 anos representam cerca de quatro em cada dez indivíduos em extrema pobreza no Brasil (39,9%). (YAZBEK, 2012, p. 314)

Entre os dados apresentados, 39% dos indígenas do Brasil estão no grupo das pessoas que se encontram em situação de extrema pobreza. Dentro dos parâmetros de extremas restrições para sobreviver.

Os critérios de identificação desse grupo entre os sem rendimentos foram os seguintes: “1. Sem banheiro de uso exclusivo; ou, 2. Sem ligação com rede geral de esgoto ou pluvial e não tinham fossa séptica; ou, 3 Em área urbana sem ligação à rede geral de distribuição de água; ou, 4. Em área rural sem ligação à rede geral de distribuição de água e sem poço ou nascente na propriedade; ou, 5. Sem energia elétrica; ou, 6. Com pelo menos um morador de 15 anos ou mais de idade analfabeto; ou, 7 Com pelo menos três moradores de até 14 anos de idade; ou, 8. Pelo menos um morador de 65 anos ou mais de idade” (YAZBEK, 2012, p. 314).

A avaliação das condições de extrema pobreza dos documentos apresentados faz referência aos principais elementos necessários à produção e reprodução da vida humana: água, educação, saneamento básico e renda.

Sem água não há possibilidade de viver bem, de produzir, não há segurança alimentar no campo e na cidade. Sem renda e alfabetização, a interação, as inserções no mercado de trabalho tendem ser precárias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importante destacar nos últimos 30 anos do final do século XX ao início de século XXI, ocorrem muitas mudanças em termos normativos referentes à relação entre povos indígenas, Estado e sociedade brasileira expressando o avanço das conquistas do Movimento Indígena e representam a disposição de um instrumento reivindicativo em favor dos povos originários.

Considera-se que o acesso à educação escolar ainda é um desafio. Mesmo com a ampliação da oferta de ensino escolar hoje existente em algumas aldeias do Brasil, resultantes da demanda dos povos indígenas por uma educação diferenciada que respeite a cultura e os costumes dos povos originários, ainda há muito trabalho pela frente. Especialmente, a construção de estratégias que garantam uma educação intercultural, baseada no respeito e na construção de cidadanias multiétnicas. Tudo isso exigem o fortalecimento da inserção de uma geração de indígenas nas universidades e políticas públicas que promovam igualdade aos povos indígenas.

6. REFERENCIAS

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Demográfico 2010: **Características gerais dos indígenas, Resultados do universo**. ISSN 0104-3145 Censo demográfico. Rio de Janeiro, p.1- 245, 2010.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. **Terras indígenas: o que é?** Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoess/demarcacao-de-terras-indigenas>: acessado em: 26 de agosto de 2018.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “A viagem da volta”: reelaboração cultural e horizonte político dos povos indígenas no Nordeste. In.: **Atlas das terras indígenas no Nordeste**. Projeto Estudos Indígenas no Brasil. PETI, Museu Nacional, UFRJ, 1993.

SILVA, Edson. Povos indígenas no Nordeste: uma contribuição a reflexão histórica sobre os processos de resistência, afirmação e emergência étnica. **ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – João Pessoa, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

DOCUMENTÁRIOS:

Índios na cidade. Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M0mrQZ5IqB4>. Publicado em 08 de agosto de 2013. Acessado em: 26 de agosto de 2018.

Índios na cidade, vidas em travessia. Documentário da TV Universitária, exibido no dia 19 de abril de 2014, na TV Brasil. <<https://www.youtube.com/watch?v=S8lxFlHRnok>> Publicado em 31 de julho de 2014. Acessado em: 26 de agosto de 2018.